

HISTÓRIA CONCISA DA CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB) - gênese e percalços de sua consolidação política e social (1983-1991).

PEREIRA FILHO SEBASTIÃO y BAUER CARLOS.

Cita:

PEREIRA FILHO SEBASTIÃO y BAUER CARLOS (2017). *HISTÓRIA CONCISA DA CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB) - gênese e percalços de sua consolidação política e social (1983-1991)*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/10>

HISTÓRIA CONCISA DA CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB)

**Gênese e percalços de sua consolidação política e social
(1983-1991)**

**Sebastião Carlos Pereira Filho
cacau.pereira@yahoo.com.br**

**Carlos Bauer
carlosbauer@pesquisador.cnpq.br**

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
BRASIL**

HISTÓRIA CONCISA DA CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB): gênese e percalços de sua consolidação política e social (1983-1991)

HISTORY CONCISE OF THE CONFEDERATION OF TEACHERS OF BRAZIL (CPB): genesis and mishaps of its political and social consolidation (1983-1991)

Sebastião Carlos Pereira Filho
cacau.pereira@yahoo.com.br

Carlos Bauer
carlosbauer@pesquisador.cnpq.br

Universidade Nove de Julho. São Paulo, Brasil.

RESUMO: Esse trabalho tem como objeto de estudo a organização sindical nacional dos trabalhadores do ensino básico no Brasil, durante o período de transição da ditadura militar para o regime democrático (1983 a 1991). Esse período, de intensas mudanças institucionais, coincide com a transição e transformação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), que passa a se chamar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). É o período em que se consolida o chamado “Novo Sindicalismo”, do qual emergiriam importantes lideranças de movimentos sociais e políticos. A pesquisa analisa e interpreta como essas mudanças se relacionam aos grandes fatos políticos do período e às intensas mobilizações protagonizadas pelos trabalhadores da educação.

***ABSTRACT:** This work aims at the national trade union organization of basic education workers in Brazil, during the transition period from military dictatorship to the democratic regime (1983-1991). This period of intense institutional change coincides with the transition and transformation of the Brazilian Confederation of Teachers (CPB), which is now known as the National Confederation of Education Workers (CNTE). This is the period in which the so-called "New Syndicalism" is consolidated, from which important leaders of social and political movements would emerge. The research analyzes and interprets how these changes relate to the great political events of the period and to the intense mobilizations carried out by the education workers.*

Palavras-chave: história da educação; sindicalismo docente; transição política; trabalhadores em educação

***Keywords:** history of education; teacher unionism; political transition; workers in education*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa mais ampla que vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Nove de Julho (Uninove, São Paulo, Brasil) na Linha de Pesquisa de Políticas Educacionais e conta com financiamento da instituição educacional, por meio de seu sistema de bolsas de estudo; como também do Programa de Suporte à Pós Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Representa, portanto, um acúmulo provisório, com os apontamentos reunidos até o momento, na consecução do cronograma da pesquisa.

Nossa temática de pesquisa se inscreve no campo da história social da educação brasileira, preocupando-se, em sua urdidura, com a presença de personagens coletivos que atuam e produzem suas trajetórias no âmbito do sindicalismo docente nacional. Reivindica uma abordagem que projeta a história de forma contínua e processual, crítica e dialética, e que tem como centro de gravidade aqueles que se organizam e lutam por um mundo melhor.

Precisamente, o projeto de pesquisa tem como objeto o estudo da organização sindical nacional dos trabalhadores do ensino básico da rede pública, notadamente durante o período de transição da ditadura militar para o regime democrático em nosso país, de 1983 a 1991.

A periodização desse estudo priorizou os movimentos internos da organização nacional dos trabalhadores da educação, mas, sem negligenciar as questões políticas e econômicas mais gerais do mundo do capital e os seus reflexos na sua estruturação e intervenção, dinâmica ou, mesmo, institucionalizada, na luta de classes no Brasil. Esse período, de intensas mudanças institucionais, coincide com a transição e transformação da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) que passa a se denominar Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Nossa questão principal de pesquisa pode ser sintetizada na seguinte pergunta: como se deu a organização sindical nacional dos professores do ensino básico durante a transição da ditadura a um regime democrático no Brasil?

Daí, resultam as questões derivadas da pesquisa, assim sintetizadas: a) como as mudanças na organização sindical e na direção da CPB/CNTE se relacionaram aos grandes eventos políticos que marcam a transição política no Brasil?; b) como as

mudanças no sindicalismo, as greves e mobilizações docentes influenciaram nos rumos da direção da CPB/CNTE? e c) como se deu a intervenção da CPB/CNTE nos debates educacionais e na Assembleia Nacional Constituinte?

A pesquisa busca analisar e interpretar, numa perspectiva histórico-educacional, como se deu a organização sindical dos professores do ensino básico no período indicado, do qual se destacam eventos e fatos políticos como a campanha das diretas (1983), a escolha de José Sarney como Presidente da República por meio do Colégio Eleitoral, as greves gerais convocadas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), durante o governo Sarney (1985-1989), a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, a disputa presidencial entre Lula e Collor e a eleição do segundo, em 1989, a campanha pela sua deposição e o posterior *impeachment*, dentre outros.

Pretende-se ainda: a) analisar como as mudanças na organização sindical e na direção da CPB/CNTE se relacionaram a esses grandes eventos políticos que marcam a transição política no Brasil; b) como as mudanças no sindicalismo, as greves e mobilizações docentes influenciaram nos rumos da entidade e, por fim, c) analisar como se deu a intervenção da CPB/CNTE no “Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública” e nos debates prévios à Assembleia Nacional Constituinte.

Nesse artigo trataremos, especificamente, da transição e transformação da Confederação dos Professores do Brasil numa nova organização, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

As mudanças na organização sindical dos professores e demais trabalhadores em educação da rede básica de ensino no Brasil se relacionam ao surgimento do chamado “Novo Sindicalismo”. A retomada das greves operárias no final da década de 1970 coincide com um período de questionamento ao regime ditatorial vigente e foi seguida por numerosas greves dos trabalhadores da educação, notadamente da educação básica pública.

O “Novo Sindicalismo” colocou em questão o movimento sindical atrelado e tutelado pelo governo, rompendo os limites legais que desautorizavam os direitos de sindicalização e de greve dos servidores públicos. Surge daí um novo modelo sindical, baseado nos pilares da democracia, nas grandes assembleias com presença massiva de trabalhadores, da independência frente ao estado. Trata-se de um movimento de caráter classista, com organização pela base e representantes nos locais de trabalho, de confrontação social, contrário à colaboração com os governos e patrões.

A transformação da Confederação dos Professores do Brasil em Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação é parte desse momento histórico. A CNTE nasce influenciada por esse novo modelo sindical, tanto na sua forma de atuação, quanto na organização dos trabalhadores em educação, unificando os diversos segmentos de trabalhadores do ensino e não apenas os professores. Essa mudança se opera por dentro da antiga CPB.

I. Desenvolvimento

Existem trabalhos já realizados que analisam a organização nacional dos trabalhadores em educação do ensino básico em períodos anteriores ao indicado em nossa pesquisa.

Esse campo de estudo, o associativismo e a organização sindical dos trabalhadores em educação, tem ainda uma produção acadêmica limitada e encontra-se em fase de consolidação no Brasil.

O surgimento da Rede de Pesquisadores sobre o Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (Rede ASTE), deu novo impulso a essa modalidade de pesquisa. Os materiais produzidos pela Rede ASTE (Gindin, 2013; Bauer, 2015) são referências importantes para a realização da pesquisa.

Outros autores tem dado sua contribuição ao estudo do sindicalismo docente no Brasil. Ferreira Jr. (2009) analisou a organização dos professores e suas relações com os agrupamentos políticos da esquerda marxista e socialista durante a ditadura militar, enquanto Gadotti (1996) tomou como objeto de investigação as tensões entre as organizações sindicais docentes e o Estado, com seus reflexos na formulação das políticas educacionais. Dal Rosso (2011) realizou estudos sobre a organização dos trabalhadores em educação em suas entidades regionais e estaduais. Rêses (2013) estudou a organização nacional dos trabalhadores em períodos distintos do escolhido neste trabalho. Ferreira Jr. e Bittar (2006) analisaram as mudanças ocorridas nas últimas décadas na composição social da categoria dos trabalhadores em educação, às quais denominaram de “proletarização” dos professores.

Em Gindim (2009), Souza, Magalhães e Guimarães (2009) e Ferreira (2010), encontramos estudos que buscam construir o estado da arte nesse campo de pesquisa. O levantamento mais recente (Ferreira, 2010) apontou 21 (vinte e um) trabalhos com essa temática, distribuídos da seguinte forma: 19 (dezenove) trabalhos acadêmicos e, dentre as instituições encontramos na Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de

Janeiro (IUPERJ) da Universidade Cândido Mendes, Universidade Estácio de Sá, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual do Ceará (UECe) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e, ainda, 2 (dois) trabalhos/apresentações institucionais, por parte da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio Econômicos (DIEESE). Os trabalhos estão distribuídos nas áreas de História, Sociologia e Educação. Após este último trabalho, encontramos, pelo menos, duas teses de doutoramento (UFPel e UFF) que abordam o tema do sindicalismo na educação, além dos trabalhos capitaneados pelo Grupo de Pesquisa em História e Teoria da Profissão Docente e do Educador Social (Gruphis) da Universidade Nove de Julho.

Temos como referencial teórico o materialismo histórico e dialético e as categorias conceituais extraídas desse modelo, dentre elas, as categorias de classes sociais, luta de classes, estrutura, superestrutura e hegemonia, dentre outras, encontradas, originariamente, em autores clássicos como Marx, Engels e Lenin e trabalhadas posteriormente por autores como Gramsci, dentre outros.

Há uma importante produção acadêmica no Brasil e no mundo que trata das transformações no mundo do trabalho, das mudanças na composição social das classes assalariadas, relacionando-as às mudanças nas formas e no padrão de acumulação do sistema capitalista nas últimas décadas, na chamada fase neoliberal ou da mundialização do capital. Sem dúvida, essas mudanças se refletem e impactam as formas de organização sindical dos trabalhadores. Autores como Harvey, Chesnais, Standing, dentre outros, entre os estrangeiros; e Ricardo Antunes, Graça Druck, Giovanni Alves e Ruy Braga, dentre outros, entre os brasileiros, são referências importantes.

Temos ainda diversos autores dedicados ao estudo dos temas educacionais e da organização docente que atuam na esfera da educação pública. Dentre eles, alguns associam a tardia organização sindical docente à construção e afirmação de uma identidade social dos profissionais do ensino (Ferreira Jr. e Bittar, 2006).

Já outros, identificam uma mudança no padrão social dos professores, antes “elitista” nos primórdios do século XX no Brasil, e que vai aos poucos moldando outro perfil social, em função de mudanças estruturais na economia brasileira e da massificação e

intervenção do estado na educação básica, fazendo com que, em meio à modernização conservadora imposta pela ditadura militar, o professorado já não portasse o perfil do passado, numericamente inferior e com origem nas camadas médias urbanas e nas próprias elites. Ferreira Jr. (1989), analisa essas mudanças e define esse processo como sendo de “proletarização” dos professores, enquanto Abramo (1986) identifica, de um lado, uma mobilidade ascendente, para os setores oriundos das classes subalternas e que se beneficiaram das políticas de expansão do ensino universitário, para os quais, ser professor seria o apogeu na escala social; e, de outro, uma mobilidade descendente, daqueles setores oriundos das camadas médias mais abastadas e mesmo das elites, que sofreram com o processo de perda do caráter liberal da profissão e sua crescente proletarização.

A modernização das relações de produção capitalistas e a ampliação dos contingentes médios assalariados, dos quais os professores seriam parte, combinados, levaram a uma nova situação do professorado. Se antes, no passado, parte da intelectualidade, hoje, parte do proletariado das profissões liberais (Mills, 1979).

Pretende-se, na pesquisa, explorar e articular as várias dimensões do pensamento e das contribuições desses autores. A pesquisa é de natureza empírica e as fontes indicadas a direcionam para uma abordagem metodológica qualitativa. Serão utilizadas como ferramentas a pesquisa documental e a realização de entrevistas semiestruturadas com os atores envolvidos no processo, particularmente os principais dirigentes da CPB/CNTE no período estudado.

Hermes Zanetti/RS foi o presidente da entidade entre 1983/1985. Exerceu mandato parlamentar como deputado federal entre 1983/1991, eleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1988 foi parte da dissidência que criou o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Foi deputado constituinte (1987/1988).

Niso Prego/GO foi o presidente da entidade entre 1985/1987. Foi Vereador na cidade de Goiânia pelo Partido dos Trabalhadores entre 1989 e 1992, mas já faleceu, em 2014.

Tomaz Wonghon/RS foi o presidente da entidade entre 1987/1989 e é fundador do Partido da Social Democracia Brasileira e foi membro do Secretariado Sindical Estadual do PSDB no estado do Rio Grande do Sul, entre 2013-2015.

Já Roberto Felício/SP foi o presidente da entidade entre 1989/1993. Fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) exerceu mandatos como deputado estadual nas legislaturas 2003-2006, 2007-2010 e 2015, no estado de São Paulo.

II. Conclusões iniciais

O sindicalismo docente no Brasil se organiza num período diverso em relação ao sindicalismo dos demais setores e categorias de trabalhadores, notadamente o tradicional movimento operário fabril. As primeiras associações operárias, no Brasil, de caráter mutualista, surgem antes da virada do século XIX para o século XX. O início do século XX é marcado por diversas mobilizações operárias, congressos, fundação de entidades e centrais, tendo o movimento operário daquele período como o centro desse processo de organização de classe.

Se a organização sindical operária no Brasil foi tardia, comparativamente ao desenvolvimento das experiências em outros países, notadamente no continente europeu, mais tardia ainda foi o surgimento da organização sindical docente. Embora tenham existido, desde os fins do século XIX, algumas tentativas incipientes e com dificuldades de consolidação e continuidade, somente a partir dos anos 1930 começam a se desenvolver as primeiras formas de organização mais consistentes, com a criação de associações de professores primários das redes públicas e sindicatos de professores atuantes no ensino privado em diferentes localidades do país.

Alguns autores (Ferreira Jr. e Bittar, 2006) associam esse distanciamento na organização sindical docente, em termos históricos, à construção e à afirmação de uma identidade social dos profissionais do ensino.

Em 1948 foi enviado o primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao Congresso Nacional. Em 1959 já somavam 11 (onze) os estados brasileiros nos quais professores primários estavam organizados em associações. Em 1950 foi fundada a Associação dos Professores Licenciados do Brasil (APLB), mas essa entidade não conseguiu se consolidar, embora persistisse no estado da Bahia, por sua seção local, iniciativas de caráter nacional. O sindicato estadual mantém, ainda hoje, a denominação de APLB, mas como Associação dos Professores Licenciados da Bahia.

Entre 1953 e 1959 ocorrem três congressos nacionais de professores, nas cidades de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Em 1960/1962 (há divergência na data conforme a fonte consultada) foi constituída a Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB). Em 1966 surgiu a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) unificando professores do ensino primário e do ensino médio, por fora da CPPB. A CPPB só aceitava a filiação de uma entidade por estado e essa forma de organização gerou a divisão no estado de São Paulo.

A CPPB teve, nesse período inicial de organização, a característica de uma entidade voltada à realização de atividades e iniciativas de cunho assistencialistas e menos como organizadora das lutas sindicais, por melhores condições de trabalho e carreira. No entanto, os impactos políticos e sociais das ações dos governos militares sobre a categoria dos professores públicos se fez sentir na organização sindical docente.

A imposição autoritária de novas diretrizes educacionais, a pretexto de modernizar o estado brasileiro, veio acompanhada de dois elementos determinantes na composição da categoria profissional dos professores do ensino básico: de um lado, um crescimento numérico expressivo e, de outro, a imposição de um forte arrocho salarial e a deterioração das condições de trabalho, com a conseqüente perda de status do profissional da educação. A CPPB, cuja atuação se deu sem confrontações e, em alguns casos, apoiando políticas dos governos autoritários, vai, aos poucos, se relocando e passando a uma posição de confrontação com o regime político.

A alteração na Constituição, quando da adoção da Carta de 1969, suprimindo o artigo que estabelecia a aposentadoria aos 25 (vinte e cinco) anos de trabalho docente para as mulheres e aos 30 (trinta) anos de trabalho docente para os homens foi um elemento importante nesse deslocamento.

Nos anos 1970 a CPPB já começa a se articular junto a outros segmentos e passa a representar também os licenciados e professores das demais séries do ensino fundamental e do ensino médio. A mudança na atuação da entidade relaciona-se à reforma educacional de 1971, que reordena o sistema de ensino no país, criando um primeiro grau de ensino de 8 (oito) anos oferecido pela rede pública.

Mas somente em 1979 é feita uma mudança em seu estatuto, e a entidade passa a se chamar Confederação dos Professores do Brasil (CPB). O centro da atuação da CPPB/CPB, nesse período, é pela conquista do Estatuto do Magistério, de um lado e, de outro, pelo direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de trabalho para os professores.

A eclosão dos movimentos grevistas na região do ABC paulista, no final de década de 1970, ocorre simultaneamente à eclosão de inúmeras greves e mobilizações docentes. Entre 1976 e 1979 ocorreram greves do professorado nos estados do Ceará, Bahia, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Entre 1978 e 1980 aproximadamente 4,5 milhões de trabalhadores, dos diversos segmentos, foram à greve no Brasil, principalmente por reivindicações salariais.

No terreno da organização sindical dos trabalhadores esse período marcou o advento do que se convencionou chamar “Novo sindicalismo” no Brasil. O “Novo sindicalismo” teve como origem a região do ABC paulista, centro de expansão da moderna indústria automobilística nacional e berço de uma nova e moderna classe operária industrial, mas, também os polos petrolíferos de Paulínia (SP) e Camaçari (BA). As greves metalúrgicas vão impactar fortemente o movimento sindical tradicional e suas direções, chamadas pejorativamente de “pelegos”. A retomada das greves operárias foi seguida por numerosas greves dos trabalhadores da educação, notadamente da educação básica pública, depois de anos de apatia e controle da ditadura militar sobre o movimento sindical.

Essas mobilizações colocaram em choque as lideranças do movimento do professorado, organizadas em duas alas, fundamentalmente, as direções tradicionais, que dirigiam a CPB e as novas, surgidas e vinculadas ao “Novo Sindicalismo”. Dessas mobilizações surgirão novas entidades, como a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE/MG) e outras, como a Apeoesp, terão suas direções sindicais tradicionais substituídas pela geração ligada ao “Novo Sindicalismo”.

O movimento sindical docente foi, portanto, parte constitutiva importante do “Novo Sindicalismo”, e suas principais características foram, de um lado, romper com a tradição de colaboração de classes do movimento sindical brasileiro e, de outro, firmar uma posição independente frente ao estado. Como já dito, um movimento de caráter classista, com organização pela base e representantes nos locais de trabalho, de confrontação social, contrário à colaboração com o patronato e os governos.

A CPB era uma entidade ligada à tradição de colaboração de classes, herdeira do modelo getulista de organização sindical implantado no Brasil, de caráter corporativo e assistencialista. E, durante parte significativa de sua existência, colaboradora do regime militar.

Entre 1979 e 1980 ocorreram três encontros nacionais de professores, articulados pelos setores do “Novo Sindicalismo”, incorporando sindicatos e oposições sindicais. Em 1981 foi feita a tentativa de criação de outra entidade nacional denominada União Nacional dos Trabalhadores em Educação (UNATE) capitaneada por lideranças vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT), com a participação de entidades representativas do professorado das redes públicas e privadas. A experiência durou apenas dois anos e malogrou.

Em 1983, com uma nova composição (incorporando algumas das novas entidades e dirigentes vinculados ao “Novo Sindicalismo”) a CPB faz importantes mudanças estatutárias, passando a sua diretoria a ser eleita em congresso com representantes eleitos na base.

Também durante os anos 1980 a CPB vai se envolver nos debates de elaboração de políticas públicas para a educação e será propulsora do Fórum Nacional em Defesa da Educação Básica, em 1987, com outras 10 (dez) entidades e vai cumprir importante papel nos debates prévios à Assembleia Nacional Constituinte.

De uma fase crítica, com intensas mobilizações, greves e manifestações públicas, a entidade passa a uma fase orgânica de propostas, de intensa participação na elaboração de políticas públicas em todos os níveis e particularmente na elaboração do capítulo da educação da Constituição de 1988, conforme Gadotti (1996). Em 1988 a CPB filia-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em 1989 foi fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), sob o paradigma da organização por ramo de atividade e, um ano depois, nessa Confederação, reúnem-se formalmente a CPB e outras entidades representativas dos docentes, orientadores e funcionários de escolas. A CNTE ganha força com a filiação de 29 (vinte e nove) entidades e quase 700.000 (setecentos mil) sindicalizados em todo o país.

A CNTE nasce em ruptura com o modelo sindical vigente, mas postulando, política e socialmente, a unidade da categoria.

VIII. REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Trabalho e subjetividade*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo (org.). *A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004
- ANTUNES, Ricardo. *O novo sindicalismo*. São Paulo: Scritta, 1991
- BAUER, Carlos. *A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Sundermann, 2012
- BAUER, Carlos; DANTAS, Vanessa; MIGUEL, Miriam M. B.; PAIVA, Luís R. B.; DINIZ, Cássio (orgs.) *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Paco Editorial, 2015
- BOITO JR., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991
- BRAGA, Ruy. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã, 2003
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996
- CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Disponível em <http://www.cnte.org.br>
- DAL ROSSO, Sadi e LUCIO, Magda de Lima. *O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil*. Revista Universidade e Sociedade. Brasília, DF, junho 2004
- DAL ROSSO, Sadi. *Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação*. Universidad Nacional de Rosario, 2011
- DAL ROSSO, Sadi; CRUZ, Hέλvia Leite e RÊSES, Erlando da Silva. Condições de emergência do sindicalismo docente. Revista Pro-Posições. Campinas, SP, maio/agosto 2011
- DINIZ, Cássio e BAUER, Carlos. *História e consciência de classe na educação brasileira*. São Paulo: Sundermann, 2015
- DRUCK, Graça. *O trabalho contemporâneo no Brasil: terceirização e precarização*. Seminário Fundacentro, mimeo, 2009
- FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. *A ditadura militar e a proletarização dos professores*. Revista Educação & Sociedade. Campinas, SP. Dez/2006
- FERREIRA JR., Amarílio. *A Confederação dos Professores do Brasil e a aposentadoria aos 25 anos*. Revista Associativismo e Sindicalismo na Educação. São Paulo: Paralelo XV, 2013
- FERREIRA JR., Amarílio; BITTAR, Marisa. *O Novo Sindicalismo e os docentes*. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. *DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte, MG: UFMG/Faculdade de Educação, 2010
- GADOTTI, Moacir. *Estado e sindicalismo docente, 20 anos de conflitos*. Revista Perspectivas atuais da educação. São Paulo, SP: ArtMed Editora, 1997
- GINDIN, Julián. *Sindicalismo dos trabalhadores em Educação: tendências políticas e organizacionais (1978-2011)*. Educar em Revista. Rio de Janeiro, RJ, 2013
- HARVEY, David. *A Condição pós moderna*. São Paulo: Loyola, 1994
- RÊSES, Erlando da Silva. *Sindicalismo docente da educação básica no Brasil: História, memória coletiva viva e construção de interfaces*. GT 18 – Reestruturação Produtiva, Trabalho e Dominação Social UNB. Brasília, DF, 2013.
- STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013